

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 4010
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2010

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro, aprovou e eu promulgo a seguinte lei: -

CAPITULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

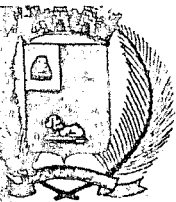
Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único - As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

e-mail: prefeitura@rioclaro.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

CAPITULO III

DAS DISPOSICOES GERAIS E FINAIS

Artigo 6o - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares as dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I - ate o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) da despesa total fixada no art. 4o.; e

II - ate o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Artigo 7o - No decurso da execução orçamentária fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres. ate o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2010;

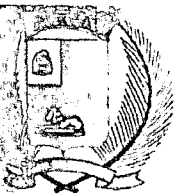
II - vinculados a operações de crédito, ate o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", ate o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos;

IV - destinados ao reforço de dotações de ações utilizando a anulação de outras dotações. nos termos do art. 43, parágrafo 1o., inciso III, da Lei 4.320/64, até o limite de 1/4 (um quarto) da receita prevista para o exercício;

V - destinados a cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, ate o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;

VI - destinados a cobrir insuficiências no âmbito do programa de previdência municipal, ate o limite do valor de cada uma de suas ações.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Artigo 8º - Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar No 101 de 4 de maio de 2000.

Artigo 9º - As metas fiscais de receita, despesa, resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2010.

Parágrafo único - O conteúdo do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias considera-se modificado por esta Lei Orçamentária e pelas alterações desta efetivadas mediante créditos adicionais.

Artigo 10 - As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2010 serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde.

Artigo 11 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2010.

RIO CLARO, 22 DE DEZEMBRO DE 2009

ENG. PALMINIO ALTIMARI FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicado na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na data supra.

JOSÉ ROBERTO BERNATTO
Secretário Municipal de Administração

e-mail: prefeitura@rioclaro.sp.gov.br
Rua 03, n. 945 - Centro - CEP: 13.500-007

LEI Nº 1.111
DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

ESTIMA A RECORDAR A VIDA E ALEGRIA
DO MUNICÍPIO PARA O ANIVERSÁRIO DE
2011

PARA O ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, O PREFEITO
DA CÂMARA MUNICIPAL DEVERÁ E SEU ALMOÇO E JANTAR

ARTIGO 1º

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Para os efeitos da Lei nº 1.111 de 2011, o Estado
do Rio de Janeiro será o executor da Lei nº 1.111 de 2011.

Artigo 2º - O Município de São Paulo, por meio do
Município de São Paulo, deverá executar a Lei nº 1.111 de 2011,
de acordo com a Lei nº 1.111 de 2011.

Artigo 3º - O Município de São Paulo, por meio do
Município de São Paulo, deverá executar a Lei nº 1.111 de 2011,
de acordo com a Lei nº 1.111 de 2011.

Artigo 4º - O Município de São Paulo, por meio do
Município de São Paulo, deverá executar a Lei nº 1.111 de 2011,
de acordo com a Lei nº 1.111 de 2011.

CAPÍTULO III

DA DISPOSIÇÃO GERAL E FINAIS

Artigo 60 - Fica o Chefe do Departamento responsável por créditos suplementares de despesas de natureza pessoal e local:

I - até o limite de 10% sobre o valor da despesa total inscrita no orçamento;

II - até o limite de 10% sobre o valor da despesa inscrita no orçamento.

Artigo 61 - No momento da elaboração do orçamento, o Chefe do Departamento autorizado a emitir ordens de pagamento:

I - necessários ao funcionamento da administração, total ou parcialmente, em virtude de falta de recursos financeiros, ou de outras causas, desde que não haja comprometimento da administração em relação ao pagamento;

II - vinculadas a despesas de natureza pessoal, desde que os valores inscritos no orçamento não sejam superiores ao limite de receita corrente inscrita no mesmo.

Projeto 12 - Data de entrega do projeto 20 de 12 de 2000.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 2000

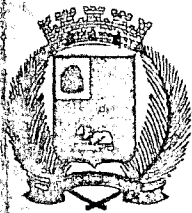
PROVIMENTO Nº 01/2000
PROVIMENTO Nº 01/2000

CONSELHO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

Colocado na Presidência da Comissão de Trabalho e de Administração

CONSELHO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

Secretaria Municipal de Administração



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI N° 4296
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2012

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, prefeito Municipal de Rio Claro, estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro, aprovou e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

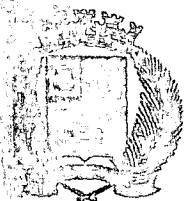
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único - As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

III - POR FUNÇÕES:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
01 - LEGISLATIVA	16.650.000,00	0,00	16.650.000,00
04 - ADMINISTRACAO	47.409.350,00	0,00	47.409.350,00
05 - DESPESA NACIONAL	131.000,00	0,00	131.000,00
06 - SEGURANCA PUBLICA	13.616.000,00	0,00	13.616.000,00
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	15.447.000,00	15.447.000,00
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	6.604.000,00	6.604.000,00
10 - SAUDE	0,00	134.335.200,00	134.335.200,00
12 - EDUCACAO	112.841.850,00	0,00	112.841.850,00
13 - CULTURA	8.180.000,00	0,00	8.180.000,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	17.213.000,00	0,00	17.213.000,00
15 - URBANISMO	60.313.000,00	0,00	60.313.000,00
16 - HABITACAO	12.450.000,00	0,00	12.450.000,00
17 - SANEAMENTO	74.930.782,75	0,00	74.930.782,75
18 - GESTAO AMBIENTAL	72.000,00	0,00	72.000,00
20 - AGRICULTURA	6.190.000,00	0,00	6.190.000,00
22 - INDUSTRIA	200.000,00	0,00	200.000,00
23 - COMERCIO E SERVICOS	4.143.500,00	0,00	4.143.500,00
24 - COMUNICACOES	51.000,00	0,00	51.000,00
25 - ENERGIA	4.115.000,00	0,00	4.115.000,00
26 - TRANSPORTE	4.195.000,00	0,00	4.195.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	11.744.000,00	0,00	11.744.000,00
38 - ENCARGOS ESPECIAIS	9.804.000,00	0,00	9.804.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	29.790.000,00	0,00	29.790.000,00
Total do Município	434.150.162,75	127.294.270,00	561.444.432,75

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

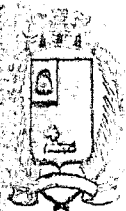
Artigo 6o - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares as dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I - ate o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) da despesa total fixada no art. 4o.; e

II - ate o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Artigo 7o - No decurso da execução orçamentária fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres ate o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2012;



Artigo 10 - As despesas empenhadas e não pagas no exercício de 2012 serão inscritas em restos a pagar com validade até 31 de dezembro do ano subsequente, sem o efeito de comprovação dos limites constitucionais de recursos nas áreas da educação e da saúde.

Artigo 11 - As transferências de recursos da Prefeitura Municipal de Rio Claro, em virtude da extinção do Município, e vice-versa, de acordo com o plano orçamentário e adicionais, resultantes da reforma adotada no âmbito de cada Poder por seu órgão, nos termos do disposto nos artigos 34, 35 e 36 da Constituição Federal nº. 101/90 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Artigo 12 - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2012.

RIO CLARO, 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

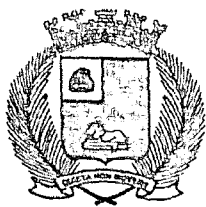
ENG. FALMINTO ALFEXAR FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

FUSTO V. FAVOS REPRESENTANTE
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Expedido na Prefeitura Municipal de Rio Claro, em 15 de dezembro de 2011.

ORIGINAL

EXEMPLAR DE ARQUIVO



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI N° 4433
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO PARA O EXERCICIO DE 2013

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, prefeito Municipal de Rio Claro, estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo Único - As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

III - POR FUNÇÕES:

ESPECIFICACAO	PISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
01 - LEGISLATIVA	18.750.000,00	0,00	18.750.000,00
04 - ADMINISTRACAO	51.766.095,00	0,00	51.766.095,00
05 - DEFESA NACIONAL	119.000,00	0,00	119.000,00
06 - SEGURANCA PUBLICA	17.514.100,00	0,00	17.514.100,00
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	19.244.057,00	19.244.057,00
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00
10 - SAUDE	0,00	122.449.755,00	122.449.755,00
12 - EDUCACAO	120.233.100,00	0,00	120.233.100,00
13 - CULTURA	5.478.500,00	0,00	5.478.500,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	633.900,00	0,00	633.900,00
15 - URBANISMO	55.315.021,00	0,00	55.315.021,00
16 - HABITACAO	13.210.000,00	0,00	13.210.000,00
17 - SANEAMENTO	83.970.163,00	0,00	83.970.163,00
18 - GESTAO AMBIENTAL	257.500,00	0,00	257.500,00
20 - AGRICULTURA	6.511.050,00	0,00	6.511.050,00
22 - INDUSTRIA	135.000,00	0,00	135.000,00
23 - COMERCIO E SERVICOS	3.821.170,00	0,00	3.821.170,00
24 - COMUNICACOES	54.000,00	0,00	54.000,00
25 - ENERGIA	4.913.000,00	0,00	4.913.000,00
26 - TRANSPORTE	4.423.750,00	0,00	4.423.750,00
27 - DESPORTO E LAZER	10.599.800,00	0,00	10.599.800,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	12.111.830,00	0,00	12.111.830,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	43.332.240,00	0,00	43.332.240,00
Total do Município	453.149.219,00	146.693.812,00	599.843.031,00

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 6o - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares as dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I - ate o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) da despesa total fixada no art. 4o.; e

II - ate o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Artigo 7º - No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2013, nos termos do art. 43, parágrafo 1º., inciso I e II, da Lei 4.320/64;

II - vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

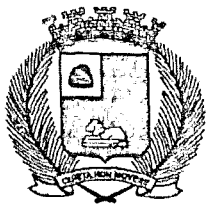
III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

IV - destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, parágrafo 1º., inciso III, da Lei 4.320/64, até o limite de 1/4 (um quarto) da receita prevista para o exercício;

V - destinados a cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias, somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;

VI - destinados a cobrir insuficiências no âmbito do programa de previdência municipal, até o limite do valor de cada uma de suas ações.

Artigo 8º - Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar No 101, de 4 de maio de 2000.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Artigo 9º - As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2013 .

Parágrafo único - As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Artigo 10 - As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice-versa, hoje decisão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Artigo 11 - Esta Lei entrara em vigor em 1º. de janeiro de 2013.

RIO CLARO, 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ENG. PALMINIO ALTIMARI FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicado na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na data supra.

JOSÉ RENATO GONÇALVES
Secretario Municipal de Administração



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 4625
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICIPIO PARA O EXERCICIO DE 2014

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, prefeito Municipal de Rio Claro, estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

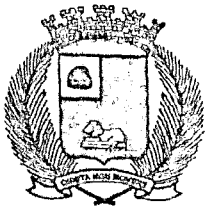
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único - As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

III - POR FUNÇÕES:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
01 - LEGISLATIVA	21.350.000,00	0,00	21.350.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	57.042.172,00	0,00	57.042.172,00
05 - DEFESA NACIONAL	432.000,00	0,00	432.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	15.131.550,00	0,00	15.131.550,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	20.966.512,00	20.966.512,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	5.727.000,00	5.727.000,00
10 - SAÚDE	0,00	139.326.000,00	139.326.000,00
12 - EDUCAÇÃO	130.474.500,00	0,00	130.474.500,00
13 - CULTURA	6.086.200,00	0,00	6.086.200,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	793.400,00	0,00	793.400,00
15 - URBANISMO	91.514.667,00	0,00	91.514.667,00
16 - HABITACÃO	5.369.300,00	0,00	5.369.300,00
17 - SANEAMENTO	72.662.222,00	0,00	72.662.222,00
20 - AGRICULTURA	4.142.950,00	0,00	4.142.950,00
22 - INDÚSTRIA	190.000,00	0,00	190.000,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	7.130.800,00	0,00	7.130.800,00
24 - COMUNICAÇÕES	57.000,00	0,00	57.000,00
25 - ENERGIA	4.251.000,00	0,00	4.251.000,00
26 - TRANSPORTE	25.162.600,00	0,00	25.162.600,00
27 - ESPORTE E LAZER	11.174.780,00	0,00	11.174.780,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	49.421.314,00	0,00	49.421.314,00
Total do Município	522.386.455,00	166.919.512,00	689.305.967,00

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

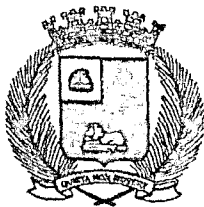
Artigo 6o - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares as dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I - ate o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) da despesa total fixada no art. 4o.; e

II - ate o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Artigo 7o - No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, ate o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2014, nos termos do art. 43, parágrafo 1o., inciso I e II, da Lei 4.320/64;



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

II - vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

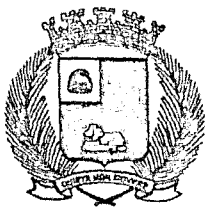
IV - destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, até o limite de 1/4 (um quarto) da receita prevista para o exercício;

V - destinados a cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias, somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;

VI - destinados a cobrir insuficiências no âmbito do programa de previdência municipal, até o limite do valor de cada uma de suas ações.

Artigo 8º - Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar No 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 9º - As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2014.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Parágrafo único - As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Artigo 10 - As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Artigo 11 - Esta Lei entrara em vigor em 1º de janeiro de 2014.

RIO CLARO, 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ENG. PALMINIO ALTIMARI FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

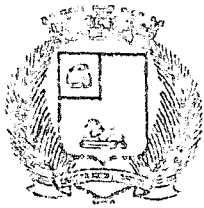
CLAUDIO ZERBO

Procurador Geral do Município respondendo pela Sec.Mun.dos
Negócios Jurídicos

Publicado na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na data supra.

JOSÉ RENATO GONÇALVES

Secretario Municipal de Administração



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI N° 4822
DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, prefeito Municipal de Rio Claro, estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

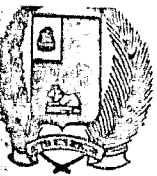
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1° - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único - As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

III - POR FUNÇÕES:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
01 - LEGISLATIVA	23.160.000,00	0,00	23.160.000,00
04 - ADMINISTRACAO	64.639.440,00	0,00	64.639.440,00
05 - DESPESA NACIONAL	425.700,00	0,00	425.700,00
06 - SUBSIDIO PUBLICA	19.034.510,00	0,00	19.034.510,00
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	23.034.030,00	23.034.030,00
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	12.100.000,00	12.100.000,00
10 - SAUDE	0,00	143.615.816,00	143.615.816,00
12 - EDUCACAO	139.833.665,00	0,00	139.833.665,00
13 - CULTURA	4.586.119,00	0,00	4.586.119,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	864.560,00	0,00	864.560,00
15 - URBANISMO	63.373.125,00	0,00	63.373.125,00
16 - HABITACAO	6.852.860,00	0,00	6.852.860,00
17 - SANEAMENTO	88.959.282,00	0,00	88.959.282,00
18 - GESTAO AMBIENTAL	33.000,00	0,00	33.000,00
20 - AGRICULTURA	4.391.625,00	0,00	4.391.625,00
22 - INDUSTRIA	40.500,00	0,00	40.500,00
23 - COMERCIO E SERVICOS	4.439.230,00	0,00	4.439.230,00
24 - COMUNICACOES	61.000,00	0,00	61.000,00
25 - ENERGIA	11.700.000,00	0,00	11.700.000,00
26 - TRANSPORTES	7.608.400,00	0,00	7.608.400,00
27 - ESPORTES E LAZER	11.835.965,00	0,00	11.835.965,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	15.448.092,00	0,00	15.448.092,00
29 - RESERVA DE CONTINGENCIA	50.986.347,00	0,00	50.986.347,00
Total do Municipio	519.270.461,00	178.749.846,00	698.020.307,00

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

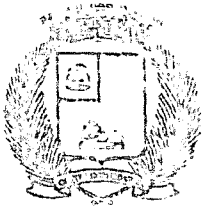
Artigo 6º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares as dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I - ate o limite de 20 % (vinte por cento) da despesa total fixada no art.4o.; e

II - ate o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Artigo 7º - No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2015, nos termos do art. 43, paragrafo 1o., inciso I e II, da Lei 4.320/64;



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

II - vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

IV - destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, parágrafo 10., inciso III, da Lei 4.320/64, até o limite de 1/3 (um terço) da receita prevista para o exercício;

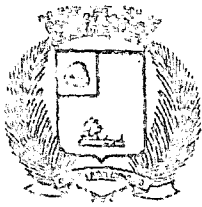
V - destinados a cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias, somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;

VI - destinados a cobrir insuficiências no âmbito do programa de previdência municipal, até o limite do valor de cada uma de suas ações.

Artigo 8º - Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 9º - As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015.

Parágrafo único - As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.



Prefeitura Municipal de Rio Claro


Estado de São Paulo

Artigo 10 - As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Artigo 11 - Esta Lei entrara em vigor em 1º de janeiro de 2015.

RIO CLARO, 17 DE DEZEMBRO DE 2014

ENG. PALMINIO ALTIMARI FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



CLAUDIO ZERBO

Procurador Geral do Município respondendo pela Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicado na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na data supra.



JOSÉ RENATO GONÇALVES

Secretario Municipal de Administração



Prefeitura Municipal de Rio Claro
Estado de São Paulo

LEI N° 4924
DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICIPIO PARA O EXERCICIO DE 2016.

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, prefeito Municipal de Rio Claro, estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

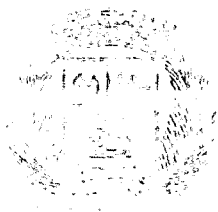
CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.



LEI Nº 1.111, DE 1997
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO PRETO
Estado de São Paulo

III - POR FUNÇÕES:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	ORÇAMENTO SOCIAL	TOTAL
01 - LEGISLATIVA	25 200 000,00	0,00	25 200 000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	63 740 600,00	0,00	63 740 600,00
05 - EMPRESA NACIONAL	421 500,00	0,00	421 500,00
06 - SEGURANÇA JURÍDICA	17 698 000,00	0,00	17 698 000,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	21 974 000,00	21 974 000,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	11 571 000,00	11 571 000,00
10 - SAÚDE	0,00	156 528 683,00	156 528 683,00
12 - EDUCAÇÃO	151 715 000,00	0,00	151 715 000,00
13 - CULTURA	4 510 000,00	0,00	4 510 000,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	792 600,00	0,00	792 600,00
15 - URBANISMO	51 756 800,00	0,00	51 756 800,00
16 - HABITAÇÃO	6 230 500,00	0,00	6 230 500,00
17 - SANEAMENTO	91 444 600,00	0,00	91 444 600,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	40 000,00	0,00	40 000,00
20 - AGRICULTURA	2 770 000,00	0,00	2 770 000,00
22 - INDÚSTRIA	40 000,00	0,00	40 000,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	4 915 000,00	0,00	4 915 000,00
24 - COMUNICAÇÃO	30 000,00	0,00	30 000,00
25 - ENERGIA	11 650 000,00	0,00	11 650 000,00
26 - TRANSPORTES	5 910 500,00	0,00	5 910 500,00
27 - TURISMO E LAZER	12 571 000,00	0,00	12 571 000,00
28 - PARQUES E RECREIO	10 068 660,00	0,00	10 068 660,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	77 164 160,00	0,00	77 164 160,00
Total do Município	947 244 920,00	190 073 683,00	1.137 318 603,00

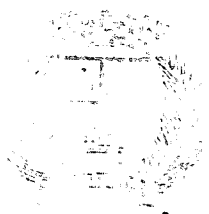
CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 6º - Fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares em reforço as dotações contidas nesta lei, mediante o uso dos recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal no. 4.320/1964, observados os limites:

I - de 20 % (vinte por cento) do total da despesa fixada, constante do artigo 4º, desta Lei; e

II - do valor da dotação consignada como Reserva de Contingência, para cumprir as determinações dos artigos 5º, III, "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, 91 do Decreto-Lei no. 200/1967 e 8º, da Portaria Interministerial STN/SOF no. 163/2001.



Prefeitura Municipal de São Paulo

Lei nº 1.241, de 1964

Paragrafo único - A dotação consignada como Reserva de Contingencia servirá igualmente para cobrir a abertura de Créditos Adicionais Especiais, autorizadas em lei.

Artigo 7o - Além do disposto no artigo anterior, fica o Executivo igualmente autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2016, nos termos do artigo 43, paragrafo 1o., inciso I e II, da Lei 4.320/64;

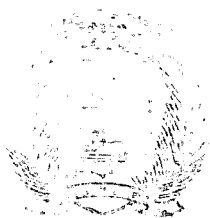
II - vinculados a operações de credito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Divida" e "Amortização da Divida", ate o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, e quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, ate o limite de 20% (vinte por cento) da soma dos valores dos grupos de despesa;

IV - destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do artigo 43, paragrafo 1o., inciso III, da Lei 4.320/64, até o limite de 1/3 (um terço) da receita prevista para o exercício;

V - destinados a cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias, somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;

1441



Estado de São Paulo

Artigo 12 - As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Artigo 13 - As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Artigo 14 - Esta Lei entrara em vigor em 1o. de janeiro de 2016..

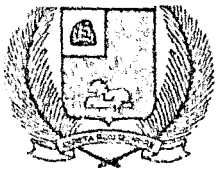
RIO CLARO, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ENG. PALMINIO ALTIMARI FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

Publicado na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na data supra.

JOSÉ RENATO GONÇALVES
Secretario Municipal de Administração



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI N° 5020
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICIPIO PARA O EXERCICIO DE 2017.

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, prefeito Municipal de Rio Claro, estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

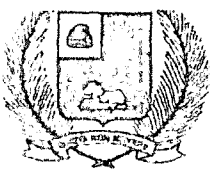
CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 6o - Fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares em reforço as dotações orçamentárias, mediante o uso dos recursos previsto no artigo 43 da Lei Federal no. 4.320/1964, observados os limites:

I - de 20 % (vinte por cento) do total da despesa fixada, constante do artigo 4o. desta Lei; e

II - do valor da dotação consignada como Reserva de Contingência, para cumprir as determinações dos artigos 5o. III, "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, 91 do Decreto-Lei no. 200/1967 e 8o. da Portaria Interministerial STN/SOF no. 163/2001.

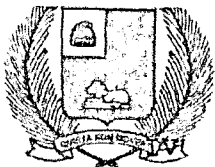
Paragrafo único - A dotação consignada como Reserva de Contingencia servirá igualmente para cobrir a abertura de Créditos Adicionais Especiais, autorizadas em lei.

Artigo 7o - Além do disposto no artigo anterior, fica o Executivo igualmente autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2017, nos termos do artigo 43, paragrafo 1o., inciso I e II, da Lei 4.320/64;

II - vinculados a operações de credito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Divida" e "Amortização da Divida", ate o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, e quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, ate o limite de 20% (vinte por cento) da soma dos valores dos grupos de despesas;



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

- destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do artigo 43, paragrafo 1o., inciso III, da Lei 4.320/64, até o limite de 1/3 (um terço) da receita prevista para o exercício;

V - destinados a cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias, somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;

VI - destinados a cobrir insuficiências no âmbito do programa de previdência municipal, até o limite de 20% (vinte por cento) de cada uma de suas ações.

Artigo 8 - Na abertura dos créditos adicionais de que tratam os artigos 6o e 7o, bem como nas transposições, remanejamentos e transferências de que trata o artigo 167, inciso VI da Constituição, fica vedada a anulação parcial ou total de dotações provenientes de emendas individuais, efetuadas na forma e condições prescritas nos parágrafos 9o., 10 e 11 do artigo 166 da Constituição.

Parágrafo 1o. Não se aplica a proibição contida no "caput", em relação à parte excedente, se as emendas individuais parlamentares ultrapassarem o limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício de 2016, ou não observarem a divisão do limite estipulado no Parágrafo 9o., do artigo 166 da Constituição.

Parágrafo 2o. Até 30 dias após a publicação desta lei, o Poder Executivo informará ao Poder Legislativo, quando for o caso, que a Receita Corrente Líquida de 2016 é menor do que a Receita Corrente Líquida estimada para 2017, e quais os valores totais a serem considerados como de execução obrigatória e não obrigatória.

Parágrafo 3o. Recebido o informe de que trata o Parágrafo 2o., o Poder Legislativo indicará ao Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias, como deverão ser consideradas as emendas para efeito do Parágrafo 11 do artigo 166 da Constituição.

Parágrafo 4o. Não recebendo a indicação prevista no paragrafo anterior, o Executivo reduzirá as dotações decorrentes das emendas individuais de maneira proporcional a variação para menos da Receita Corrente Líquida estimada para 2017 e a efetivamente ocorrida em 2016, salvo quando isso inviabilizar tecnicamente a realização da despesa no exercício, hipótese em que a solução devesse ser dada na forma do artigo seguinte.